

Curso para Dirigentes da Administração Pública, INA, 1986-1987;
 Curso de Gestão Moderna, EPJ, 1988;
 Seminário «A gestão dos serviços e tecnologias de informação»,
 INA, 1995;
 Seminário «A economia da informação nas organizações», INA,
 1997;
 Seminário de Alta Direcção, INA, 2004;
 Curso de especialização em Segurança de Sistemas de Informação,
 ISEG, 2005;
 Curso «Liderança e gestão do desempenho», INA, 2006;
 Curso «A metodologia CAF — *common assessment framework*», APQ,
 2006;
 Curso «*ITIL essentials for IT service management*», GFI, 2007.

E. Principais actividades

No período de 1986 a 1998 foi responsável, enquanto directora do DOI, pela informatização da Polícia Judiciária a nível nacional.

No ITIJ, assegurou a direcção de projecto no desenvolvimento dos sistemas SIRIC, SIRCOM e SIRP, sistemas aplicativos de âmbito nacional de suporte à actividade das conservatórias do registo civil, do registo comercial e do registo predial.

No II, I. P., foi a responsável de projecto do Cartão de Cidadão na componente da Segurança Social. Assegurou a direcção de projecto dos sistemas de SAF (sistema de apoio à fiscalização), CO (contra-ordenações), GIL (gestão de ilícitos criminais) e FGS (fundo de garantia social).

Ministrou diversas acções de formação na Escola de Polícia Judiciária, no âmbito dos sistemas de informação.

No período de 1994 a 1999 foi representante da PJ no *project team* Europol.

203089505

Despacho n.º 5994/2010

Nos termos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — O licenciado Nuno Fernando Teixeira Ferreira da Silva, nomeado para exercer funções de chefe do meu gabinete, pelo meu despacho n.º 25 596/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 23 de Novembro, fica autorizado a beneficiar das faculdades previstas nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 15 de Março de 2010.

25 de Março de 2010. — O Ministro da Justiça, *Alberto de Sousa Martins*.

203089643

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 5995/2010

Por despacho de 8 de Março de 2010, da Subdirectora-Geral da Administração da Justiça, foi revogado parcialmente o despacho de 25 de Fevereiro de 2010, que aprovou o movimento de oficiais de justiça de Novembro de 2009, publicado no *Diário da República* 2.ª série, n.º 44, de 4 de Março de 2010, na parte em que diz respeito à transferência da escriturária-adjunta Maria Augusta Luís para o Tribunal da Comarca de Esposende, mantendo-se no exercício de funções no Tribunal da Comarca do Funchal.

Lisboa, 18 de Março de 2010. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

203092453

Despacho (extracto) n.º 5996/2010

Por despacho de 18 de Março de 2010, da Senhora Subdirectora-Geral da Administração da Justiça,

Armando Jorge Almeida Pinto, Técnico de Justiça-Adjunto dos Serviços do Ministério Público dos Juízos de Aveiro e das Secções de Aveiro do Departamento de Investigação e Acção Penal da Comarca do Baixo Vouga — autorizada a permuta para idêntico lugar dos serviços do Ministério Público dos Juízos Criminais do Tribunal de Instrução Criminal e do Departamento de Investigação e Acção Penal do Porto;

Elisabete Maria Robalo de Oliveira Rodrigues, Técnica de Justiça-Adjunta dos serviços do Ministério Público dos Juízos Criminais do Tribunal de Instrução Criminal, do Departamento de Investigação e Acção Penal do Porto — autorizada a permuta para idêntico lugar das dos Serviços do Ministério Público dos Juízos de Aveiro e das Secções

de Aveiro do Departamento de Investigação e Acção Penal da Comarca do Baixo Vouga.

Início de Funções: 2 dias

Lisboa, 23 de Março de 2010.

A Directora de Serviços

Helena Almeida Esteves

203089554

Despacho (extracto) n.º 5997/2010

Por despacho de 22 de Março de 2010, da Senhora Subdirectora-Geral da Administração da Justiça,

Américo Nuno Rebelo da Silva Peixoto, Técnico de Justiça Auxiliar dos serviços do Ministério Público do Tribunal de Comarca de Vila Nova de Famalicão — autorizada a permuta por transição para o Tribunal de Comarca de Vila do Conde;

Elisabete Maria Vasconcelos Rodrigues, Escrivã Auxiliar do Tribunal de Comarca de Vila do Conde — autorizada a permuta por transição para os serviços do Ministério Público do Tribunal de Comarca de Vila Nova de Famalicão.

Início de Funções: 2 dias

Lisboa, 24 de Março de 2010. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida Esteves*

203092689

Polícia Judiciária

Unidade de Recursos Humanos e Relações Públicas

Despacho n.º 5998/2010

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, delego na licenciada Maria de Fátima André Dias Rolo, directora da Unidade de Telecomunicações e Informática a competência para a prática dos seguintes actos, no âmbito dos respectivos serviços:

1 — Conferir aceitação e posse e assinar os respectivos termos, bem como solicitar que a posse seja conferida por governador civil ou autoridade diplomática ou consular;

2 — Justificar e injustificar faltas;

3 — Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;

4 — Autorizar deslocações em serviço;

5 — Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os trabalhadores tenham direito, nos termos da lei;

6 — Adoptar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento dos serviços, determinar os regimes de prestação de trabalho e autorizar os horários de trabalho específicos, observados os condicionamentos legais;

7 — Promover a verificação domiciliária da doença, nos termos dos artigos 33.º a 35.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;

8 — Promover a submissão dos trabalhadores a junta médica da ADSE, nos termos dos artigos 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;

9 — Conceder o estatuto de trabalhador-estudante e autorizar o gozo dos direitos e regalias inerentes a esse estatuto;

10 — Autorizar o abono antecipado de ajudas de custo;

11 — Autorizar despesas com a aquisição de bens ou serviços de carácter urgente, até ao valor de € 150, no máximo mensal de € 500.

Nos termos do disposto no artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os actos que tenham sido praticados no âmbito dos poderes agora delegados ou que o venham a ser até à data da publicação do presente despacho.

25 de Março de 2010. — O Director Nacional, *Almeida Rodrigues*.
203091287

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO

Gabinete do Secretário de Estado do Turismo

Despacho n.º 5999/2010

Atento o pedido de prorrogação do prazo de validade da utilidade turística atribuída a título prévio ao Hotel Rural Vale da Quinta, e do